

XIII MANDATO

ATA Nº 81/2025

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2025/8	Câmara Municipal de Braga

Ata da Reunião Ordinária Pública de 07 de abril de 2025

Ao sétimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, no Edifício GNRation, na Praça Conde de Agrolongo, número 125, cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) **e os Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU) -----

---- **Secretariou:** Marlene Sofia Duarte Fernandes, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

Período antes da ordem do dia

---- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dado abertura ao período antes da ordem do dia, cedendo a palavra aos Vereadores. -----

---- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que apresentou a proposta intitulada "Escolas com Vida", expondo a necessidade de repensar os espaços exteriores das escolas com os alunos, que passam lá muitas horas e que chegam cedo à escola e que esperam ao final do dia pelos transportes públicos. Entre as principais preocupações apresentadas, destacou o espaço exterior da escola, que, atualmente, é pouco confortável, pouca

segurança, pouca estética e como desafio destacou o envolvimento dos alunos no processo de pensar e requalificar os espaços públicos, especialmente as entradas dos equipamentos escolares, incentivando os jovens a se tornarem cidadãos participativos e conscientes.

Seguidamente, referiu que está a fazer dois anos que foi pedido à Vereadora Sameiro Araújo, a Carta Desportiva, pelo que salientou ser o momento para apresentar a proposta do partido. Começou por mencionar a importância da abertura à comunidade, fora do horário letivo, as escolas, os espaços desportivos, os pátios, os campos, os recreios, dado que se encontram sempre fechados nestes períodos. Salientou a importância da abertura de alguns destes espaços à comunidade com uma gestão partilhada, o envolvimento das associações de moradores, das coletividades locais e instituições desportivas, sendo importante que as instituições assumam a responsabilidade pela conservação e dinamismo dos espaços e também reforçar o sentimento de pertença e de corresponsabilidade comunitária. Referiu que a zona norte da cidade necessita de mais instalações desportivas, congratulou o Vereador Altino Bessa pelo projeto do Rio Este, junto à Quinta Pedagógica, contudo, destacou que aquele espaço, provavelmente, necessita de uma instalação desportiva, como o complexo desportivo da rodovia, mas num formato diferente, focalizado com a questão ambiental, a natureza, as zonas verdes, o próprio rio que está a ser qualificado, valências ajustadas às necessidades da população. Mencionou a necessidade de criar naquela zona um centro de atividade física, com áreas abertas, equipamentos de exercício ao ar livre, zonas de fruição ativa para jovens, adultos e seniores, não comprometendo o equilíbrio ambiental da cidade com projetos pesados e urbanizados, não tem que ser idêntico ao parque da rodovia, mas igual em termos de dinamismo, de abertura à comunidade, de abertura do espaço à atividade física, mas se possível, com pouca construção, “porque mais ação, menos betão”. -----

-----Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que mencionou que a Câmara Municipal de Braga, em particular, o Vereador João Rodrigues, foram visados numa notícia sobre a qual o Município emitiu um comunicado. Referiu que “parece resultar deste processo, e se calhar de outros, que os meios ou os instrumentos de licenciamento e os seus requisitos legais são tais, que não têm mecanismos cem por cento eficaz de obstar a que possa haver um prejuízo de parte de um particular a um acesso a um terreno seu”. Salientou uma questão importante que precisa ser esclarecida, nomeadamente quanto ao caminho de acesso ao terreno. Referiu ainda que sendo uma questão importante, sobretudo quando se verifica que o concelho continua a crescer, do ponto de vista urbano e vão continuar a realizar operações desta natureza, é importante que os interesses de todas as partes fossem acautelados, inclusive do município. Referiu ainda a existência de uma questão que não ficou devidamente elucidada nos esclarecimentos prestados pelo município, relativa ao facto de a pessoa que se sentiu prejudicada, em determinada altura, referiu que noutras situações aguardou-se pelo trânsito em julgado para avançar com o processo e que não teria sido isto o que aconteceu naquela situação, pelo que questionou,

se efetivamente noutros casos sucedeu assim ou não, e se houve alguma diferença em relação a este. Seguidamente, sinalizou a situação recorrente das alegadas “traficâncias de estupefacientes”, junto aos bares da Universidade do Minho, sendo um problema que tem causado várias queixas e muitas preocupações, por parte de cidadãos daquela zona e também de pais de estudantes e de jovens que vivem e frequentam a universidade, o que questionou quais os desenvolvimentos da Câmara Municipal, relativamente à situação apontada. -----

-----Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que, em resposta à questão apresentada pelo Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, tendo em conta as notícias veiculadas na comunicação social, em primeiro lugar, referiu que a forma mais fácil de compreender e conhecer o procedimento urbanístico ou administrativo é através da consulta do processo. Relativamente ao processo propriamente dito, esclareceu a existência de dois processos de licenciamento, um processo de licenciamento que entrou na Câmara Municipal de Braga referente à legalização de uma obra que iniciou em 2010 e de uma casa licenciada em 2010 e no ano de 2024 entrou um pedido de legalização de um anexo e de um muro, legalização que foi feita, nos termos da lei e que teve como referência o documento da certidão do registo predial. Passados dois meses, deu entrada na Câmara um outro processo de licenciamento de uma outra casa, onde o segundo proprietário declarava que queria ter acesso ao seu terreno através de um determinado local, sem juntar nenhum documento que demonstrasse que o acesso a esse terreno devia ser através do local que ele indicava. Continuou referindo que “a única menção, o único ónus que o primeiro terreno, objeto de licenciamento tinha era um ónus, de facto, de acesso ao tal segundo terreno que está lá, que existe e que foi cumprido”. Prosseguiu, esclarecendo que, “temos milhares de licenças emitidas todos os anos nesta Câmara Municipal, alguns deles dão origem a diferendos entre particulares, como é o caso deste”. Mencionou que “não há alegação absolutamente nenhuma nem da minha parte, nem de um membro do executivo, a nenhum dos requerentes, a única coisa que existe é um processo de licenciamento num terreno, nesse processo de licenciamento é dada a entrada de uma certidão do registo predial que nós temos como verdadeira, sendo a que está no registo predial a dizer que o terreno “1” pertence ao senhor “1”, passado dois meses vem o senhor “2” dizer que parte do terreno do senhor “1” lhe pertence, não demonstra como nem porquê e dá entrada de uma ação em tribunal a reclamar”.-----

-----Interveio o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, por agradecer os esclarecimentos prestados pelo Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues e referiu que foi mais fácil ouvir os esclarecimentos, do que ter de proceder a uma consulta do processo -

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que em resposta ao Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, esclareceu que, após contacto com a PSP, esta informou que não considera que aquilo seja um foco tão recorrente quanto a algumas queixas recebidas que fazem parecer tráfico de estupefacientes e de consumo. Referiu ainda que

a monitorização, na zona junto aos bares da Universidade do Minho, é realizada dentro da dimensão da segurança pública, sendo da competência da PSP, o município não tem nenhuma forma de intervir sobre a matéria em questão, exceto, em questões de natureza orgânica como por exemplo iluminação. -----

-----Interveio o **Vereador do PS, Artur Feio**, que salientou que este último assunto já foi abordado em reunião de câmara e realçou a importância da prevenção. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para informar que foi assinado um protocolo para o Centro de Respostas Integradas (CRI), no âmbito da assistência aos jovens para prevenção de adições e outros tipo de questões. -----

-----Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, que salientou que a Carta Desportiva não se encontra fechada, sendo explicado o motivo de não se encontrar fechada, referindo ter efetuado uma reunião com o Vereador do PS, Ricardo Sousa, na qual foi informado que na Carta Desportiva e no que diz respeito aos equipamentos desportivos estava “praticamente fechada”, referindo que, possivelmente, ainda durante o presente mês, a Carta Desportiva ficará fechada e será apresentada ao Conselho Municipal do Desporto, para posteriormente ser apresentada à população. Mencionou que se encontram em falta os dados que as associações, os clubes, os ginásios, etc, terão que facultar ao Município de Braga, sendo que, muito provavelmente, até ao final do mês de abril ficará fechado.-----

-----Interveio o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que referiu ter apresentado uma proposta ao presidente da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe para a construção de um pequeno anfiteatro e de uma série de equipamentos no parque em Real, realçando a preocupação em não agir de forma contrária aos interesses dos moradores. Informou da realização de uma reunião, há dois anos, na junta de freguesia de real, com o presidente da união das freguesias, com os moradores e a associação de moradores para apresentação da proposta, na qual se opuseram à colocação de mais equipamentos, incentivando a plantação de árvores, de forma a usufruir da natureza e aproveitar o espaço de uma forma livre. -----

-----Interveio o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, referindo que, numa determinada zona de Montélios, não existe um único parque infantil, salientando a necessidade da criação de um espaço comunitário para toda a zona envolvente e para todos os moradores.-

Período da ordem do dia

---- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dado abertura ao período da ordem do dia, propondo o seguinte voto: -----

---- **Voto de louvor** à atleta Bracarense **Sara Rocha**, que conquistou a medalha de prata

no Campeonato da Europa de Pool 10-ball, que decorreu em Tallinn, Estónia. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

Deliberações:

1. 1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10560 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, proposta de aprovação da 1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025". Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** ---

2. Prestação anual de contas das empresas municipais, relativo ao exercício de 2024. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10655 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, proposta de aprovação dos documentos de prestação anual de contas das empresas municipais, relativo ao exercício de 2024". Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio** que agradeceu e enalteceu pela boa prática de, previamente, ter havido uma reunião com os administradores das empresas municipais, onde foram partilhadas as apresentações, os relatórios e os documentos que são estratégicos para o Município DE Braga. Relativamente à empresa municipal AGERE, salientou os baixos índices de investimento e o facto de não ter investido, no ano passado, na ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), penalizando tudo aquilo que é a atividade da própria empresa. Quanto à empresa municipal Transportes Urbanos de Braga TUB, destacou os baixos índices de execução, nomeadamente, no que diz respeito ao estudo relativamente à questão do BRT, que do ponto de vista da execução daquilo que é a atividade da empresa, altamente penalizada, sobretudo pela não execução do BRT.

Referiu ainda que “o Partido Socialista disse, por diversas vezes, que achava altamente arriscado que esta responsabilidade ficasse sob a alçada dos TUB, que é uma estrutura altamente preparada para transportar pessoas e não para planear uma obra desta dimensão”, pelo que anunciou que mantém essa crítica, continuam a achar que é um erro, politicamente e tecnicamente, porque “penaliza precisamente aquilo que é e parece-nos ser a maior valia e a grande vantagem que a administração dos TUB tem neste momento, que é o conhecimento efetivo do negócio dos transportes”. No que concerne à empresa municipal Faz Cultura, salientou o “sobredimensionamento de recursos” que a empresa tem e referiu que a empresa projetou-se no município e no universo municipal, com um foco muito grande na organização da Capital Portuguesa da Cultura. Acrescentou ainda que se trata de uma empresa “sobredimensionada”, nomeadamente do ponto de vista do recurso, com uma implicância direta nos seus custos anuais efetivos, existindo decisões que têm de ser tomadas a curto prazo, sendo que em 2025 não será o momento para o fazer, mas para pensar em 2026, “o que nós queremos e pretendemos que a Faz Cultura seja no universo municipal”, necessitando de reflexão e, sobretudo, de enquadramento. Relativamente à empresa municipal InvestBraga, salientou que a empresa “faz o que tem para fazer e bem, dentro daquilo que é a expectativa da empresa e daquilo que é a expectativa que ela tem no universo municipal”. Finalizou referindo que a empresa BragaHabit tem, cada vez mais, uma responsabilidade social muito grande, referiu que, ao longo destes mandatos, houve um aumento dos apoios aos bracarenses, sobretudo no que diz respeito aos direitos à habitação e destacou a importância do programa 1º direito (Programa de Apoio ao Acesso à Habitação), um papel absolutamente essencial. Salientou que “a BragaHabit tem um problema fundamental, do ponto de vista daquilo que pode, efetivamente, ainda ser o seu compromisso com a cidade, que é ser, e voltar a ser, repescar aquele modelo das sociedades de habitação urbana que vivemos no passado, em que estas empresas municipais devem ter um papel ativo na promoção da habitação”. Assinalou a existência de um centro urbano bastante devoluto, com a existência de muita habitação devoluta, sendo que a BragaHabit poderia ser a empresa que pudesse dar uma resposta proactiva, relativamente às necessidades de habitação, do imediato do município e destacou a necessidade de suporte humano, um aumento e um reforço do número de colaboradores, face ao número elevado de pedidos, no que diz respeito à análise dos processos e dossiês, alguns estão mais de três, quatro meses em espera. Destacou ainda a capacidade de resposta, o trabalho e a competência do administrador da BragaHabit Carlos Videira, “é uma pessoa que tem sido reconhecidamente e transversalmente alguém que tem tentado, de facto, dar essa resposta e que trouxe uma certa serenidade naquilo que é a resposta social que a BragaHabit dá”. Na presente intervenção, decidiu abordar o universo municipal, nomeadamente o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2024 do Município de Braga e mencionou o

aumento significativo do número de colaboradores, traduzindo num aumento dos custos associados, destacou a existência de muitas queixas ao nível dos vários serviços que o município vai prestando, dificuldades na resposta, sobretudo, a dossiers do serviço do urbanismo. Salientou que “não há um proporcional de resposta entre aquilo que tem sido o aumento de colaboradores e aquilo que tem sido a resposta efetiva do município”. Como segunda nota, referiu que o município hoje tem a maior receita de sempre, mais 32 milhões de euros relativamente a 2023, ou seja, 21,4% mais dinheiro, mas “mais dinheiro, mas menos investimento”. Como última nota, salientou como “alarmante” os níveis de endividamento, referindo que, atualmente, o passivo é muito grande. Expressou a existência de investimentos vários, justificados, mas referiu “ser um dos maiores passivos de sempre”. Terminou com a questão dos limites legais de endividamento, ou seja, da dívida, referindo que os níveis da dívida são tão elevados, limitando claramente os sucessivos executivos municipais”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues** e relativamente às empresas municipais, deixou uma palavra de apreço, pela clareza com que os assuntos foram apresentados, apesar de não ter podido participar nas reuniões de apresentação. Destacou o “baixo nível de investimento ou de concretização de investimentos” sobretudo por parte da AGERE, referindo, o facto de se chegar ao final deste mandato, com questões essenciais por concretizar. Relativamente aos TUB, questionou “qual o saldo final relativamente aos autocarros que temos hoje, em 2025, e os que havia em 2021” e relativamente ao ano que passou, se há algum indicador relativo a taxa de falhas, ou seja, de carreiras que eram para ser feitas, mas que não se realizaram”, ou seja se já é calculado o indicador da taxa de falhas na prestação do serviço, salientando que é uma situação que ocorre, frequentemente, e que os bracarenses se queixam. Seguidamente, apontou como preocupante o facto de, nesta fase, o projeto para a concretização do *Bus Rapid Transit* (BRT), ainda não se encontrar finalizado, com todos os riscos que isso acarreta relativamente à sua concretização, dentro dos prazos que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) define, tendo já expressado essa preocupação na Assembleia Municipal. Continuou a intervenção e decidiu abordar de seguida o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2024 do Município de Braga. Referiu que a transferência de competências nas áreas da educação e saúde, por enquanto, “pode ver-se, efetivamente, em investimentos que têm de vir a ser realizados”, no entanto, mencionou a existência de “mais custos do que proveitos”, relativamente a essa transferência de competências. Salientou que no ano de 2024, apesar de se ter contribuído para ter sido o maior orçamento de sempre, disse que “ainda assim os gastos foram muito maiores do que os proveitos”. Mencionou que, embora a Bragahabit tenha apoiado “duas mil e tal famílias”, essa ação, por mais meritória que seja, não consegue resolver completamente o grande problema da crise de habitação que Braga enfrenta. Referiu a falta de investimento das várias unidades museológicas, salientou

a importância de um tarifário único para os TUB, referindo que a diferenciação tarifária que foi implementada contribuiu para um aumento considerável na utilização do transporte público. Para finalizar salientou a remunicipalização da AGERE, questão que é vista como necessária e possível tanto no curto quanto no médio prazo. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para referir que, relativamente às empresas municipais, e sendo a última prestação de contas de ciclo autárquico dos últimos 12 anos, ressaltou o trabalho verdadeiramente diferenciador e essencial que seja enaltecido. Salientou que “as empresas municipais cumprem um papel absolutamente estratégico na concretização dos objetivos do município, é impossível pensar muitas das áreas de gestão municipal nos resultados que se teriam atingido se não fossem os resultados que foram propiciados pelo trabalho das empresas municipais”. Referiu que a coordenação entre a Câmara de Braga e as empresas municipais, assim como entre as próprias empresas municipais foi fundamental para alcançar esses objetivos. Salientou os grandes desempenhos dos vários administradores das empresas municipais que foram assumindo funções, alguns dos presentes, mas outros também que antecederam nos respetivos cargos e que também têm que ser reconhecidos. Salientou que “as empresas municipais deram um salto qualitativo absolutamente exponencial ao longo dos últimos anos” e que “os resultados que foram atingidos foram resultados, na sua esmagadora maioria, de facto, excecionais em todas elas”. No que diz respeito aos TUB, ressaltou a confiança depositada pelo processo do BRT, referindo que “muito do desenho urbano que o próprio BRT vai exigir, carece de diálogos, em particular com entidades terceiras, como é o caso da Universidade do Minho e das Infraestruturas de Portugal, sendo que, neste último, o diálogo não tem corrido tão bem quanto o diálogo com a Universidade do Minho, o que retardou uma parte do processo e gerou alguma indefinição. Não concordou em atribuir responsabilidade aos TUB e reconheceu o excelente trabalho, a dedicação e o esforço que a equipa tem realizado, sempre em articulação com o pelouro da mobilidade, essenciais para o desenvolvimento do projeto. Quanto à empresa municipal Faz Cultura, concordou com o Vereador Artur Feio, não no adjetivo utilizado o “sobredimensionamento”, mas quanto ao futuro dos recursos na empresa, esclareceu que a empresa municipal Faz Cultura foi estruturada, nos anos mais recentes, para acorrer a desafios muito concretos, nomeadamente a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura, seguidamente a gestão da Capital Portuguesa da Cultura, a gestão do projeto das Media Arts, a gestão da conferência das Cidades Criativas da UNESCO e toda uma série de eventos que acarretaram outro tipo de responsabilidades. Informou que, no próximo ano, a empresa vai abarcar novas responsabilidades, nomeadamente a gestão de um novo equipamento cultural o São Geraldo e outras áreas de intervenção, do ponto de vista cultural. Prosseguiu, expondo que discorda com a informação da falta dos investimentos da AGERE, destacando o conjunto de serviços que a AGERE foi

prestando, nomeadamente o sistema de contentorização, como uma das maiores transformações, do ponto de vista da limpeza urbana da cidade de Braga, assim como referiu o investimento muito considerável em outros equipamentos, viaturas e sistemas de apoio à limpeza urbana. Referiu ainda “aquilo que foi um caderno de encargos muito pesado foi endossado a esta nova administração para acelerar alguns processos que não estavam a um ritmo tão conforme como aquilo que nós desejamos, como é o caso da ETAR, como é o caso de vários investimentos da Braval e na própria AGERE, por exemplo, na área dos bio resíduos estão em fase de facto, concretização, portanto, teremos várias novidades, seguramente ao longo das próximas semanas”. No que concerne à Bragahabit, não concordou com a ideia de reforçar a componente da reabilitação urbana, referindo que foi “uma área que a dinâmica do mercado, os mecanismos de incentivo que o município foi gerando, do ponto de vista da desburocratização e de outros incentivos que foram sendo apontados, permitiu uma dinâmica muito interessante”. Esclareceu que os edifícios devolutos apresentam um valor de mercado bastante alto, e que, para a Câmara Municipal intervir nesses edifícios, seria necessário investir verbas consideradas para os adquirir, pelo que “não faz sentido”, no atual contexto, pois acredita que o mercado, por si só, irá regular essa área. No que diz respeito à InvestBraga, realçou a empresa como uma das grandes agentes de transformação do Concelho de Braga, quer através das suas dinâmicas e iniciativas realizadas, mas sobretudo na área da dinamização económica. Aludiu à presença e instalação de várias empresas no Concelho de Braga, fruto do trabalho da Investbraga, quer em termos de desenvolvimento económico, quer em termos de apoio ao empreendedorismo, pelo que ficou o registo de reconhecimento ao trabalho que tem sido realizado pela empresa. Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a palavra ao **administrador dos TUB, Teotónio dos Santos**, para responder às questões colocadas pelo Vereador da CDU, Vítor Rodrigues. Relativamente às viaturas, respondeu que nos últimos anos foram investidos 31 milhões de euros, dos quais, 18 destes milhões foram pagos integralmente, pelos transportes urbanos de Braga (TUB), para a aquisição de 43 autocarros elétricos que se encontram em funcionamento e 32 autocarros a gás natural a ser utilizados, diariamente, na *Operação 125*. Referiu que 60% dos autocarros são denominados “autocarros limpos”, conforme designação da União Europeia. Informou que, atualmente, possuem mais autocarros, cerca de 160, que se encontram na empresa e que carecem de substituição. Referiu ainda que, atualmente, existe um apoio do PRR para a aquisição de 38 novos autocarros, o concurso já foi lançado, sendo um investimento de 24 milhões de euros, dos quais 10 milhões são, inteiramente, pagos pelos TUB. Relativamente à questão dos atrasos e faltas na circulação dos veículos, referiu a existência de uma melhoria significativa, motivada pelo fim da obra na avenida da liberdade, expôs que cumpriram cerca de 99% das carreiras planeadas, podendo consultar no relatório de contas, que se

encontra disponível na pen distribuída, antecipadamente. Concluiu informando que, no ano anterior, terminaram o ano com um aumento de 9,13%, relativamente a 2023 e em 11 anos, ocorreu um aumento de 36% de passageiros transportados e no primeiro trimestre do corrente ano partilhou o aumento de mais de 14% de passageiros transportados. Tomou novamente a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para ressaltar duas observações, a primeira, relativa à BragaHabit, que esclareceu que o modelo das sociedades de reabilitação urbana não era tanto na essência da reabilitação propriamente dita, mas “naquilo que permitia vender, esse era o predicado que existia com as sociedades de reabilitação urbana, permitir fazer e vender, autoalimentando-se na sua estrutura”. Referiu que já existe uma empresa para o fazer a BragaHabit, contudo esta teria que ser reconvertida nesse modelo, ou seja, “não só poder promover, mas também poder vender”, de forma a criar um controlo naquilo que é a própria especulação”. Defendeu a recuperação do modelo das Sociedades de Reabilitação Urbana- SRU. Como segunda nota, citou a ineficiência na recolha do lixo, dizendo que o comentário é referido pelo candidato do PS à Câmara de Braga. Mencionou que na união de freguesias de real, dume e semelhe, uma parte da freguesia tem o modelo de recolha do lixo de primeira geração inteligente, mas existe uma outra parte da freguesia que tem “a velha” contentorização do lixo. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que em resposta ao Vereador do PS, Artur Feio, referiu que, atualmente, o sistema de recolha do lixo está muito melhor do que aquele que existia anteriormente. Quanto à primeira questão, esclareceu que “a BragaHabit pode ter um espaço de intervenção cada vez mais intenso no futuro, numa lógica de promoção imobiliária em custos acessíveis, em terrenos a custos acessíveis, adquirir imóveis degradados no centro histórico, hoje em dia não é propriamente a custos acessíveis”. No que diz respeito ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2024 do Município de Braga, salientou que estes anos mais recentes, traduzem um crescimento forte do orçamento do município, que não depende exclusivamente da atividade do desempenho do município. Referiu que, “felizmente aqui no município, não estamos ainda confrontados com défices tão significativos quanto, aquilo que eu vou ouvindo de outros concelhos”. Mencionou que a descentralização, além do conjunto do orçamento, também tem reflexo nos recursos humanos e quando se fala em agravamento nos recursos humanos, muito desse impacto está relacionado com as contratações e com a transferência de recursos que foram efetuados, no âmbito do processo de descentralização. Relativamente às receitas, destacou que “na prestação de contas e subtraindo tudo que tem a ver com o processo de descentralização e focar apenas na atividade do Município, não agravou um único imposto”. Referiu que o Município conseguiu aumentar o volume de receitas, por força do aumento demográfico, do aumento da atividade económica, do aumento da atividade imobiliária e outras geradoras de receita para o município. Quanto à questão sobre o

endividamento, referiu que na última década ou mais “passamos a ter um o elefante escondido debaixo do tapete”, a Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga (SGEB), era o modelo de gestão de um conjunto de investimentos em que aquilo que era o endividamento que a Câmara deveria ter contraído para concretizar esses investimentos, não estava refletido nas contas municipais. Continuou a esclarecer que “ao internalizarmos a SGEB e ao adquirirmos os 100% do seu capital, esse endividamento passou a estar refletido nas contas municipais e, portanto, nós não podemos fazer o juízo sobre o nível do endividamento, mas sim sobre o custo desse endividamento e aquilo que temos que comparar, é quanto é que nos vai custar esse endividamento, face àquilo que custava no passado recente, que durante estes últimos doze anos, o valor das rendas que nós pagávamos à SGEB , através do contrato de aluguer dos diversos equipamentos desportivos, e aquilo que também ficou demonstrado, desde logo aquando da aquisição dessa participação, é que esse endividamento agora, através do financiamento direto do município, vai custar substancialmente menos do que aquilo que custava as rendas e, portanto, a Câmara, independentemente do que digam em transparência, as suas contas têm um encargo menor do que aquele que tinha até agora e, portanto, não há aqui assim nenhuma questão que gere qualquer tipo de problema do ponto de vista da sua gestão, por força desse endividamento em termos contabilísticos, ter aumentado”. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que discordou com a informação de que o serviço de urbanismo está pior e esclareceu que, felizmente, há dois anos e meio, no Município de Braga, se começou a contabilizar e a fazer estatística acerca do trabalho efetuado pelo urbanismo, tendo destacado que, “o Município de Braga é a terceira capital do distrito do país onde mais se licenciou habitação durante o ano passado”, referiu ainda que “87% dos pedidos de certificados energéticos efetuados o ano passado para o Concelho de Braga, deram origem a licenças urbanísticas”. Continuou a explicar que, apesar de algumas “entropias” ocorridas em 2018 com o início de processo de digitalização e com o aparecimento, no último semestre de 2024 de uma nova plataforma eletrónica, referiu que os bons resultados atingidos pelo Município de Braga, no âmbito do urbanismo são visíveis. Interveio o **Vereador do PS, Artur Feio**, para referir que a maioria das queixas rececionadas baseiam-se em procedimentos licenciamento, pelo que alertou que município deveria “desmistificar aquilo que é uma perceção que está criada, que de facto o urbanismo é lento”. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira**

Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

3. **Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2024.** Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10513 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a proposta de aprovação do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2024", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----**

4. **Constituição de Ónus por Hipoteca ao Direito de Superfície | Centro Social Vale do Homem.** Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10267 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto nas alíneas g) e u), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, proposta de aprovação de constituição de um direito de superfície sobre a parcela de terreno sita no Lugar da Quinta, União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, ao Centro Social Vale do Homem, com vista à construção de equipamento social de creche/berçário, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**

Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

- 5. Protocolo de Colaboração entre CMB e a AFC** – Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10255 de 31 de março de 2025. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, aprovação da proposta da minuta de Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Braga e a Associação Florestal do Cávado, prevendo a comparticipação financeira do primeiro à segunda no valor anual de € 60.000,00 por equipa, no total de € 120.000,00/ano, renovando-se sucessivamente por igual período anual”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Tomou a palavra o Vereador do PS, Adolfo Macedo**, para informar que não vê qual o interesse em apoiar uma associação de proprietários florestais que se limita a cumprir o que a lei obriga, considerou que esta verba faria mais sentido ser despendida, reforçando a atividade preventiva, através da criação de um núcleo de sapadores florestais e os próprios bombeiros sapadores municipais, do que propriamente fazer protocolos em que o município “não tem qualquer mais valia direta ou indireta”, porque as obrigações que cabem à outra parte, são as obrigações que resultam da lei e que resultam do próprio interesse dos particulares que são representados por essa associação. **Tomou a palavra o Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que declarou que o protocolo é um “pouco estranho”, não só por causa das questões que, na prática se destina esse protocolo e delas serem no fundo as obrigações legais de uma associação de produtores florestais, mas porque, de hoje para amanhã, qualquer associação de produtores florestais, pode solicitar ao Município de Braga um protocolo semelhante e referiu também que, relativamente à própria função da Câmara, relativamente a esta matéria, existindo também uma fronteira que está a ser ultrapassada e deixa algumas dúvidas. **Interveio o Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que esclareceu que a Associação Florestal do Cávado não é nenhuma associação de produtores florestais, referiu que “o protocolo é tripartido com a Câmara de Braga, a Associação Florestal do Cávado e o Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta (ICNF)”. **Interveio o Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que afirmou que não é o que está referido no protocolo, o protocolo tem dois assinantes, a Associação Florestal do Cávado e a Câmara Municipal de Braga, existem cláusulas onde é referido o ICNF, mas não é parte deste protocolo. **Tomou novamente a palavra o Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que explicou que o ICNF não é parte deste protocolo, porque tem um outro protocolo com a Associação Florestal do Cávado, em que o ICNF paga uma verba similar a estas equipas, para elas estarem disponíveis para fazer uma parte de faixas de gestão para o ICNF, “para fazer as nossas faixas de gestão, os cerca de 78 km que temos que fazer em caminhos e estradas municipais e depois na altura da época de incêndios, ficam ao serviço do ICNF, em postos de vigilância, quando há alertas amarelos e alertas vermelhos”, referindo que sempre funcionou assim.

Intervenção novamente o Vereador do PS, Adolfo Macedo que afirmou que “ a Câmara de Braga tem interesse que haja intervenção dos Sapadores Florestais, mas o seu interesse prioritário é dotar os seus meios próprios que são os bombeiros sapadores com os sapadores florestais e não é o que está a ser feito, no fundo é dar dinheiro aos proprietários para cumprirem o que a lei prevê que é a obrigação de cada um dos proprietários florestais fazer e que outras obrigações que decorrem das obrigações dos protocolos com o ICNF ou que decorrem do próprio interesse dos proprietários florestais, desta forma não há aqui nenhuma vantagem para o Município de Braga”.---

Intervenção o Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa, e esclareceu que se trata de uma atualização do protocolo que já existe desde 2017. Salientou que estas associações e todas as viaturas destas associações são dadas pelo ICNF. Os sapadores florestais estão ao serviço do município, nomeadamente na limpeza das faixas de gestão em caminhos e estradas municipais, que é obrigado a fazê-lo 10 metros para cada lado e os polígonos industriais. Elucidou que o Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios obriga os municípios a fazerem as faixas de gestão em todas as estradas municipais e caminhos municipais, 10 metros para cada lado, está na lei e salientou que a maior parte deste trabalho é manual e que é realizado pelos sapadores florestais. Informou que “estes protocolos servem para isso, inclusive, isto fica muito mais barato ao município porque são comparticipados também pelo ICNF, inclusive para além de financiar estas equipas, atribui também as viaturas e equipamentos”. Acrescentou que não é da responsabilidade dos bombeiros sapadores fazer esse trabalho, pois é não conhecer o estatuto dos bombeiros sapadores e as suas funções. Os bombeiros sapadores não têm funções de andar com a moto roçadora a limpar a mato.

Intervenção o Vereador do PS, Adolfo Macedo para contrariar a informação e esclareceu que o que declarou foi diferente “deviam ser dotados os bombeiros sapadores que são bombeiros municipais com equipas de sapadores florestais”.

Intervenção o Vereador do PS, Artur Feio, que sugeriu solicitar um parecer jurídico, para esclarecer as dúvidas sobre as obrigações do presente protocolo.

Intervenção o Vereador do PS, Adolfo Macedo, que referiu não existir qualquer ilegalidade no protocolo. Mencionou que a Associação Florestal do Cávado tem, por um lado interesse na salvaguarda do seu bem que é a floresta, o terreno florestal, e por outro lado tem obrigações legais, nomeadamente a limpeza de faixas de gestão. Mencionou que uma das competências do ICNF é trabalhar a nível nacional, não só no Município de Braga e incentivar a criação de equipas de sapadores florestais entregando-as a diversas entidades, nomeadamente a associações de produtores florestais regionais. Concluiu que o dinheiro será entregue “de bandeja” a uma associação que não vai fazer mais do que aquilo que a lei obriga e que é o interesse dos proprietários que são os seus associados, sendo um desperdício de dinheiro público e que poderia ser melhor empregue.

Deliberado aprovar por maioria, com os votos

a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.-----

6. Apoio monetário ao Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio para fazer face a despesas correntes. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10415 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de atribuição de apoio financeiro, relativamente às faturas de gás e eletricidade do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio no valor de € 4.352,36 € (quatro mil, trezentos e cinquenta e dois e trinta e seis cêntimos), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

7. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo | Associação Taekwondo de Braga – TBRG. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/9095 de 26 de março de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a ASSOCIAÇÃO TAEKWONDO DE BRAGA – TBRG, no valor de 6.720,20€ (seis mil setecentos e vinte euros e vinte cêntimos)", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade**-----

8. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo | RS Ballroom Team Associação – Retificação. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10466 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a retificação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado em reunião de executivo no dia 30 de dezembro de 2024, com a RS Ballroom Team Associação, no valor de 5.650,00€ (cinco mil seiscentos e cinquenta euros)", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por**

unanimidade -----

9. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo | NEMA | Época Desportiva 2024/2025. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/9779 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o NEMA - Núcleo de Escalada Montanhismo e Alpinismo, no valor de 10.198,00€ (dez mil cento e noventa e oito euros)", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. Contrato Interadministrativo – 32/2025 | Requalificação e Alargamento da R. Rimau - Penso (Sto. Estêvão). Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/9240 de 26 de março de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta de delegação de competências na Junta de Freguesia de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente) para a realização da obra denominada "Requalificação e Alargamento da Rua de Rimau - Penso (Sto. Estêvão)", transferindo uma verba de 158.294,47€ (cento e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

11. Contrato Interadministrativo – 36/2025 | Pavimentação Parcial da Rua dos Combatentes – Merelim S. Pedro. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10391 de 1 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta de delegação de competências na Junta de Freguesia de Merelim (S. Pedro) e Frossos para a realização da obra denominada "Pavimentação Parcial da Rua dos Combatentes – Merelim S. Pedro", transferindo uma verba de 2.862,00€ (dois mil, oitocentos e sessenta e dois euros), ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

12. Contrato Interadministrativo – 37/2025 | Requalificação do Parque das Agras – Tadim. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10444 de 1 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à

aprovação da Assembleia Municipal, proposta de delegação de competências na Junta de Freguesia de Tadem para a realização da obra denominada “Requalificação do Parque das Agrad – Tadem”, transferindo uma verba de 57.107,37€ (cinquenta e sete mil, cento e sete euros e trinta e sete cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

13. Contrato Interadministrativo – 35/2025 | Trabalhos na Travessa Varziela de Cima com construção de muro. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10386 de 1 de abril de 2025. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta de delegação de competências na Junta de Freguesia de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente) para a realização da obra denominada “Trabalhos na Travessa Varziela de Cima com construção de muro” transferindo uma verba de 4.982,00€ (quatro mil, novecentos e oitenta e dois euros) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

14. Apoio Financeiro – 36/2025 | Substituição de caldeira no Pavilhão Desportivo | Mire de Tibães. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/9456 de 26 de março de 2025. “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta de atribuição do Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Mire de Tibães no valor de 3.551,00€ (três mil, quinhentos e cinquenta e um euros), para “Substituição de caldeira no Pavilhão Desportivo”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

15. Apoio Financeiro – 37/2025 | Via Sacra – Tadem. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10330 de 1 de abril de 2025. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta de atribuição do Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Tadem no valor de 600,00€ (seiscentos euros), para a “Via Sacra”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia**

Municipal para aprovação. -----

16. Apoio Financeiro – 38/2025 | Requalificação do Cemitério de Palmeira. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10328 de 1 de abril de 2025. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta de atribuição do Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Palmeira no valor de 21.602,85€ (vinte e um mil, seiscentos e dois euros e oitenta e cinco cêntimos), para a “Requalificação do Cemitério de Palmeira”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----**

17. Apoio Financeiro - 39/2025 | Intervenções e manutenção dos diferentes espaços da Praia Fluvial da Ponte do Bico para a época balnear de 2024 – Palmeira. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10358 de 1 de abril de 2025. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta de atribuição do Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Palmeira, no valor de 8.117,83€ (oito mil, cento e dezassete euros e oitenta e três cêntimos), para “Intervenções e manutenção dos diferentes espaços da Praia Fluvial da Ponte do Bico para a época balnear de 2024”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Interveio o Vereador do PS, Artur Feio,** que referiu que a manutenção do espaço da praia fluvial é uma obrigação que está elencada à exploração do bar Bicaú, ou seja, existe um protocolo, o qual já anteriormente foi pedido para retirar, “pois este dinheiro a Câmara não tem que o pagar”. Salientou que esse processo está na exploração desse bar e está incluída a manutenção daquele espaço pelo próprio bar. Solicitou que o presente ponto seja retirado da ordem de trabalhos porque é uma “acumulação de um valor e de um ónus que tem que ser assegurado pelo bar”, daquilo que é transmitido, uma vez que a informação da proposta não é clara o suficiente. Interveio o **Vereador do PS, Ricardo Sousa,** que referiu que, da última vez, pediram para retirar o ponto ou explicar sobre qual a manutenção a ser feita com este valor, para não colidir com o que está contratualizado com o bar. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio,** que referiu não conhecer o contrato existente entre a junta de freguesia e o bar “Bicaú”. **Retirado da agenda. -----**

18. Apoio Financeiro - 40/2025 | Aquisição de parcela de terreno para ampliação do cemitério – Ruílhe. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10366 de

1 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta de atribuição do Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Ruílhe, no valor de 3.050,00€ (três mil e cinquenta euros), para a "Aquisição de parcela de terreno para ampliação do cemitério", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

19. Apoio Financeiro – 41/2025 | Reparação do teto do 1º piso no edifício da Junta de Freguesia – Priscos. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10379 de 1 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta de atribuição do Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Priscos, no valor de 10.027,60€ (dez mil e vinte e sete euros e sessenta cêntimos), para "Reparação do teto do 1º piso no edifício da Junta de Freguesia", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

20. Apoio Financeiro - 42/2025 | Manutenção do separador central da variante do Fojo – Tenões. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10542 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta de atribuição do Apoio Financeiro à União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, no valor de 1 400,00€ (mil e quatrocentos euros), para "Manutenção do separador central da variante do Fojo – Tenões", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

21. Transferência relativa ao ano 2024 e 2025 | Comunidade Intermunicipal do Cávado. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10437 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das seguintes transferências relativas aos anos 2024 e 2025: - Contribuição do Plano de Atividades e Orçamento 2024, no montante 120.521€; - Comparticipação nos projetos intermunicipais 2024, no valor de 54.117€; - Contribuição do Plano de Atividades 2025, no montante de 120.521€", tudo de acordo com os documentos constantes do

processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

22. Quadrilátero Urbano | apoio à realização do evento Education Summit. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10660 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, de acordo com as alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual que a Câmara Municipal delibere: 1. Transferir para a Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano, o montante de 10.000,00 EUR (Dez mil Euros), referente à comparticipação municipal para a realização do evento *Education Summit*, que se realizará de 10 a 12 de abril de 2025, em Guimarães, 2. A regularidade financeira do presente encargo orçamental encontra-se assegurada conforme informação da Divisão de Contabilidade, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

23. Apoios e incentivos à aquisição de habitação para Jovens | Proposta de deferimento. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10065 de 31 de março de 2025. "Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para Jovens, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do Artigo 17º-A - Incentivos à aquisição de habitação para Jovens; e Artigo 17º-B - Outros apoios à aquisição de habitação para Jovens", tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

24. Isenção de Taxas e Outras Receitas Municipais - Código Regulamentar do Município de Braga. Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/10351 de 2 de abril de 2025. "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas e outras receitas municipais, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H1/17.º", tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

25. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade. -----

C) Para conhecimento

Para conhecimento e informação, foi presente o resumo da tesouraria, referente ao dia 01 de abril de 2025. **Tomou-se conhecimento da informação. -----**

ENCERRAMENTO: às 20h10 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Marlene Sofia Duarte Fernandes, Técnica Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

O Presidente da Câmara

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE